

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE CONSUMIDORES DA COCEL – 22/01/26

Aos 22 dias do mês de janeiro de 2026, nas dependências da Cotel, reuniram-se os seguintes membros do Conselho de Consumidores: Sr. Luiz Antonio Chiquitti (Titular da Classe Industrial); Sr. José Henrique Torres (Suplente da Classe Industrial); Sr. Hugo Ruthes (Titular da Classe Rural), Sr. Valdir Biernaski (Suplente da Classe Rural); Sra. Aline Vieira dos Anjos (Titular da Classe Poder Público), Sr. Antonio de Andrade (Titular da Classe Comercial), Sr. Marcelo Miguel Brolhani (Suplente da Classe Comercial); Sra. Priscila Mezzadri Bassani (Titular da Classe Residencial), Sr. Moacir Schneiders (Suplente da Classe Residencial); Sra. Paola Cozzolino (representante do Procon); e Sra. Bárbara Lunardon (Secretária Executiva Titular). A Sra. Daiane Kaciele Segatto (Suplente da Classe Poder Público) informou não poder comparecer por questões de saúde.

A reunião foi aberta pelo Sr. Andrade, que solicitou à secretária a apresentação do resumo da apresentação feita pela Sra. Fernanda Proença – Coordenadora de Engajamento da Sociedade da ANEEL sobre a premiação dos Conselhos de Consumidores e sobre os esclarecimentos sobre a continuidade de mandatos dos conselheiros. A apresentação sobre a premiação foi realizada pela Sra. Proença durante o Encontro Nacional de Conselhos de Consumidores, em novembro de 2025. Conforme apresentação da Sra. Proença, a premiação tem como objetivos acompanhar a evolução da atuação dos Conselhos, identificar oportunidades de melhorias, gerar indicadores comparáveis para promover a competição e o *benchmarking* positivos e ainda mapear as práticas de sucesso para a adoção de ações semelhantes em diversas áreas de concessão em benefício dos consumidores.

São três indicadores definidos pela ANEEL para avaliação: 1) atuação na área de concessão (realização de campanhas, reuniões descentralizadas, divulgação do Conselho, proposições de soluções à distribuidora, manutenção de site atualizado, entre outros); 2) execução do planejamento anual (relação entre os valores planejados e a efetiva execução, considerando apenas investimentos em ações voltadas diretamente aos consumidores); e 3) participação no processo decisório da ANEEL (envio de contribuições e aceitação pela agência). Para o ranking da premiação, aos Conselhos serão divididas em cinco grupos, de acordo com o número de consumidores atendidos pela concessionária vinculada e a região. Os grupos são: pequeno porte (até 100 mil unidades consumidoras – grupo da Cotel); médio porte – Sul/ Sudeste/ Centro-Oeste; médio porte – Norte/ Nordeste; grande porte - Sul/ Sudeste/ Centro-Oeste e grande porte Norte/ Nordeste. Nesta ordem de grupos, na avaliação teste feita pela ANEEL (considerando dados de 2025), os Conselhos vencedores seriam os vinculados às distribuidoras DMED, Energisa Minas-Rio, Roraima Energia, CEEE Equatorial e Enel CE. Nesta avaliação teste, o Conselho da Cotel alcançou o quinto lugar em seu grupo.

Considerando os indicadores estabelecidos pela ANEEL, o Sr. Andrade sugeriu revisar o planejamento de ações para 2026 e definir grupos de trabalho para tratar de ações específicas – os grupos farão reuniões extras, fora da reunião ordinária mensal. A sugestão foi aceita pelos demais membros, que organizarão as reuniões.

Em seguida, a secretária apresentou os esclarecimentos prestados pela Sra. Proença em relação à continuidade dos mandatos dos conselheiros, especificamente sobre a possibilidade de recondução para o mandato 2027-2030 dos conselheiros que já integravam Conselhos no mandato que encerrou em junho de 2022. O esclarecimento foi solicitado à ANEEL após a constatação de interpretações divergentes da REN 963/2021 entre secretários e membros de diversos Conselhos, conforme verificado em discussões durante o Encontro Nacional. A Sra. Proença esclareceu o posicionamento da ANEEL sobre o tema:

“O entendimento atual é que o Art. 13 da Resolução Normativa nº 963/2021 alcança os Conselheiros que foram reconduzidos, ou seja, aqueles que estiveram presentes nos mandatos 2017-2022 e 2022-2026, estando impedidos de concorrer a uma vaga no mesmo Conselho para o mandato 2026-2030.

A Procuradoria da ANEEL entende que a regra trazida pelo art. 13, da Resolução Normativa n. 963/021, já atingiria os Conselheiros que tiveram seus mandatos renovados em 1º de julho de 2022. Isto porque a Resolução Normativa nº 963/2021 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022 e não trouxe nenhuma regra de transição.

Assim, de acordo com a Procuradoria, os Conselheiros que foram reconduzidos e que, portanto, já estavam no segundo mandato consecutivo não poderão concorrer novamente para o mandato de 2026-2030. Os que ainda estão no primeiro mandato, poderão se candidatar a uma reeleição consecutiva”

Repasados os esclarecimentos, o Sr. Andrade ressaltou que há expectativa de atualizações na regulamentação, mas considerando a regra vigente é importante que os conselheiros e entidades representativas pensem na formação de sucessores. O conselheiro destacou a obrigatoriedade de realização de Audiência Pública este ano (até 30/09/26) para definição das entidades que indicarão os membros do Conselho para o próximo mandato.

Dando continuidade à reunião a secretária apresentou um resumo das despesas do Conselho em 2025 (despesas totais: R\$ 71.286,14) e informou que o saldo dos valores não utilizados pelo Conselho nos últimos cinco anos (aproximadamente R\$ 314 mil) será transferido para a modicidade tarifária, tendo em vista a realização da revisão tarifária periódica da Cotel em 2026. Em 31/12/25 o saldo acumulado foi “zerado” – integralmente transferido para a modicidade tarifária. Durante o ano de 2026 o Conselho poderá dispor do valor de repasse anual (R\$ 126.893,88 no total, sendo que R\$ 82.481,82 podem ser utilizados em atividades consideradas dentro da área de concessão e R\$ 44.412,86 em atividades fora da área de concessão). Foi destacado pela secretária que historicamente o Conselho não utiliza o total de recursos disponibilizados anualmente - em 2025 utilizou o equivalente a 59% do valor do repasse anual, 40% em 2024, 31% em 2023, 40% em 2022 e 6% em 2021.

A apresentação seguinte foi realizada pelo Sr. Chiquitti, que compartilhou com os demais conselheiros suas principais impressões do evento “Estabilidade do sistema elétrico nacional – desafios e soluções”, realizado em 15 de dezembro de 2025 e promovido pelo Conselho de Consumidores da Cemig. Excesso de geração (em alguns momentos superando a demanda), alerta para o risco de perda do controle da operação por parte do Operador Nacional do Sistema (ONS) e desperdício de recursos hídricos em reservatórios com a abertura de comportas de hidrelétricas foram temas destacados pelo conselheiro. O impacto nas tarifas também foi discutido durante o evento, especialmente o custo dos subsídios às fontes renováveis e à geração distribuída, custo do risco hidrológico e ainda o custo dos possíveis ressarcimentos às usinas que estão realizando cortes na geração. Conforme relatado pelo Sr. Chiquitti, Aneel e ONS buscam soluções de

médio e curto prazo - como o incentivo ao uso de sistemas de baterias, sinal de preço nas tarifas e tarifas horárias (opções em testes, por meio dos projetos de *sandboxes* tarifários), descentralização da operação para auxiliar a ONS, entre outros. O Sr. Chiquitti também apresentou suas considerações sobre as contratações de usinas a carvão, ressaltando que o contrato assinado pelo Ministério de Minas e Energia no início deste ano atende a Lei Federal 14.299, aprovada em janeiro de 2022.

Em seguida, o Sr. Chiquitti manifestou insatisfação com informações prestadas pela secretária no momento que enviou comprovantes de pix. A secretária informou que o Conselho adota como boa prática não reembolsar valores de traslados até o aeroporto nos casos que a diária é suficiente para arcar com os custos, informando se tratar de despesa elegível e que a solicitação de reembolso deve ser formalizada pelo conselheiro, preferencialmente via e-mail, anexando as notas fiscais emitidas pelo Uber - o conselheiro declarou ter se sentido ofendido com a informação prestada. A secretária esclareceu que em nenhum momento teve intenção de ofender e desculpou-se pelo fato da comunicação não ter sido realizada de forma mais compreensível, reiterando as orientações relacionadas ao pedido de reembolso. O Sr. Chiquitti sugeriu que o Regimento do Conselho seja revisado para estabelecer que o pagamento de diárias para os conselheiros seja realizado com antecedência mínima de dez dias. Foi esclarecido pela secretária que o pagamento das diárias e reembolsos se trata de atividade pertinente à distribuidora, que deve obedecer aos prazos determinados pela REN 963/2021 – neste caso a antecipação dos pagamentos pode ser sugerida à distribuidora, mas não pode ser determinada.

O Sr. Xavier entregou à secretária uma relação de questionamentos relacionados a afundamentos de tensão relacionados à Subestação Bom Jesus e fez solicitação de poda de vegetação que estaria interferindo na rede de distribuição na Praça da Polônia. A secretária encaminhará os questionamentos e a solicitação às áreas técnicas da Companhia para análise e parecer. O conselheiro solicitou que seus comentários e questionamentos fossem citados de forma integral na ata:

“Afundamentos de tensão na Subestação do Bom Jesus

-Na reunião de 21 de março de 2024 foi comentado sobre as oscilações de tensão nos alimentadores que saem da Subestação do Bom Jesus. O Sr. Carlos Conrado informou que a Copel estava alterando a configuração da rede que chega na Subestação da Copel do Bom Jesus.

- Foi comentado em reunião posterior que a alteração era para ter afundamentos de tensão e não ter desligamentos.

- As oscilações de tensão continuam ocorrendo frequentemente com afundamentos de tensão visíveis que tem provocado desligamentos e queima de equipamentos nas residências. Os afundamentos ocorrem mesmo com o tempo normal sem intercorrências climáticas.

1) A Subestação do Bom Jesus tem regulador de tensão?

2)O que deve estar acontecendo na Subestação do Bom Jesus, ou com os alimentadores que saem desta Subestação que provocam as oscilações de tensão ?

3)Se o problema é na Subestação da Copel, a Copel já cobrou da Copel uma solução para os afundamentos de tensão?”

A pedido dos conselheiros, a pauta relacionada ao compartilhamento da infraestrutura da rede de distribuição com empresas de telecomunicações foi transferida para a próxima reunião.

Não havendo mais assuntos a tratar, a reunião foi encerrada e lavrada a presente ata, a qual vai assinada por todos os presentes.

Presidente: Antonio de Andrade

Membros: Luiz Antonio Chiquitti
José Henrique Torres Xavier
Hugo Ruthes
Valdir Biernaski
Aline Vieira dos Anjos
Marcelo Miguel Brolhani
Priscila Mezzadri Bassani
Moacir Schneiders
Paola Cozzolino

Secretária executiva: Bárbara Lunardon

